

**TERMO DE CORREIÇÃO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUEBRANGULO-AL**

A **CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições previstas no art. 16, I, IV da Lei Complementar nº 15/96 e nos arts. 2º, § 2º, 6º e 7º do Ato nº 001/2017-CGMP/AL, **CORREICIONA** o órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

I- DADOS EM RELAÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atribuições - Ato normativo: Lei do Estado de Alagoas nº 8.112/90
Municípios que compõem a área de atuação: Quebrangulo-AL e Paulo Jacinto-AL
Promotor de Justiça Titular: Maurício Mamarino Teixeira Lopes
Promotor de Justiça Substituto e/ou Designado: Maria Luísa Maia Santos
Endereço da Unidade: Av. 15 de Novembro, sn, Fórum de Quebrangulo-AL
Expediente da Unidade: 07:30 às 13h30 horas

II- DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data que o Membro assumiu a Unidade correicionada: 20 de maio de 2016
Reside no local de lotação? Não. Autorizado a residir fora da comarca de lotação por decisão proferida no processo PGJ/AL nº 2182/2016 (10.2016.00000052-8)
Exerce o magistério? Não
Responde a procedimento administrativo disciplinar? Não
Responde cumulativamente por outro órgão? Além de atuar, na condição de titular, na Promotoria de Justiça de Quebrangulo-AL, durante o mês de março de 2018, está acumulando as funções na Promotoria de Cajueiro-AL.
Nos últimos (6) seis meses se afastou das atividades? Por qual período? Não
Nos últimos (6) seis meses recebeu colaboração de outro Membro? Por qual período? Não
Nos últimos (6) seis meses participou de cursos de aperfeiçoamento? Não
Exerce a advocacia? Não

III- DADOS EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atendimento ao público: Atende ao público preferencialmente nas terças-feiras e nas sextas-feiras, durante todo o expediente.
Estrutura de Pessoal: um estagiário do Ministério Público
Estrutura física: sala no fórum de Quebrangulo-AL
Sistema de Arquivo: Os documentos são arquivados em meio digital através do SAJ e por meio físico em fichários
Sistema de Registro: São registrados no SAJ/MP e os PP e IC, em livro próprio
De que modo são geridos os recursos decorrentes de termos de ajustes de conduta, transações penais e outros acordos? A fiscalização dos recursos decorrentes de termos e acordos extrajudiciais ficam a cargo do membro ministerial em exercício nesta Comarca. Por sua vez, os acordos judiciais são acompanhados conjuntamente pelo Poder Judiciário e Ministério Público mediante análise processual.
Quantidade de processos que tramitam na unidade judiciária?
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 00 (zero)
Observações:

IV- DADOS EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO DO MEMBRO

Informar quais os principais temas tratados na Promotoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses: Atuou ativamente em todas as áreas, com destaque para o ajuizamento de ações de improbidade administrativa e na área ambiental.
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação: Este membro vem priorizando a atuação nas diversas questões pendentes de atuação do Ministério Público junto às Prefeituras Municipais, assim como no atendimento ao público, já que nenhum dos dois municípios conta com atuação da Defensoria Pública.

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses: a intensa atividade dos processos judiciais e a ausência de servidores inviabilizam este tipo de atuação.

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses: Não

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma breve esse acompanhamento: Não

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses: Diversas ações pleiteando atendimento médico e disponibilização de medicamentos, ações ambientais visando evitar riscos geológicos e o fechamento do lixão de Quebrangulo, além de ações civis de improbidade administrativa.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s): Não

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração: Ocorreu recentemente a interação na área da infância com a audiência pública para as unidades de acolhimento de menores e ação civil pública para o fechamento do lixão de Quebrangulo.

Participa de sociedade comercial ou organização não-governamental? () Sim. (X) Não.

Em caso positivo, indicar a razão social e CNPJ.

V- PROMOTORIA CÍVEL E/OU CRIMINAL

V.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEIS

PERÍODO	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018
Saldo anterior	0	0	0
Distribuídas no mês	13	8	12
Devolvidos no mês	13	8	12
Saldo do mês atual	0	0	0
Audiências judiciais realizadas	2	7	16
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0
Glossário: (item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).			
Observações: cristinaqueb@tjal.jus.br			

V.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CRIMINAIS

PERÍODO	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018
Saldo anterior (ações penais):	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais):	19	30	18
Devolvidos no mês (ações penais):	19	30	18
Saldo do mês atual (ações penais):	0	0	0
Saldo anterior (inquéritos policiais):	0	0	0
Distribuídos no mês (inquéritos policiais):	3	4	2
Devolvidos no mês (inquéritos policiais):	3	4	2
Saldo do mês atual (inquéritos policiais):	0	0	0
Arquivamentos (inquéritos policiais):	0	0	2
Denúncias oferecidas:	2	2	4
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos:	2	2	2
Termos Circunstanciados distribuídos:	6	8	4
Audiências judiciais realizadas:	1	3	20
Recursos interpostos:	1	0	0
Sessões do Tribunal do Júri:	1	0	0
Observações:			

V.III- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS EXTRAJUDICIAIS			
PERÍODO	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018
Notícias de fato distribuídas:	6	0	1
Inquéritos Cíveis Públicos:	12	12	13
Procedimentos Preparatórios:	0	0	0
Procedimentos Administrativos:	1	1	1
TAC firmado:	0	2	0
Execução de TAC proposta:	0	0	0
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta:	0	0	2
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa):	1	0	3
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível:	2	0	4
Arquivamento sem Remessa:	0	0	8
Arquivamento com Remessa:	1	0	3
Audiências Extrajudiciais instrutórias (exceto Audiências Públicas e oitivas informais de adolescentes):	0	0	0
Audiências extrajudiciais autocompositivas:	0	0	0
Reuniões (com ata):	0	0	0
Atendimento ao público:	6	5	11
Oitivas informais de adolescentes (no caso de atribuição em ato infracional):	0	0	1
Instauração de PIC:	0	0	0
Arquivamentos de PIC:	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas:	0	0	0
Observações:			

V.IV- DADOS EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa ACP/ações coletivas (exceto improbidade): 32 Ações para a defesa de direito individual e indisponível: 5
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias: 0 Com vista há mais de 6 meses: 0 Com vista há mais de 12 meses: 0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias: 0 Com vista há mais de 6 meses: 0 Com vista há mais de 12 meses: 0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias: 0 Com vista há mais de 6 meses: 0 Com vista há mais de 12 meses: 0
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 0 Em tramitação há mais de 30 e menos de 90 dias: (observar a prorrogação): 0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias: 0 Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação): 0 Em tramitação há mais de 180 dias: 0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano: Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação): 1
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 1 ano: 1 Em tramitação há mais de 1 ano: 0
Termos de ajustamento de conduta pendente de cumprimento:	0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 3 meses:	1

Recomendações feitas nos últimos 3 meses:	2
Inquéritos policiais:	Com vista há mais de 30 dias: 0 Com vista há mais de 6 meses: 0 Com vista há mais de 12 meses: 0
Ações Penais:	Com vista há mais de 30 dias: 0 Com vista há mais de 6 meses: 0 Com vista há mais de 12 meses: 0
Processos de Execução Penal:	Com vista há mais de 30 dias: 0 Com vista há mais de 6 meses: 0 Com vista há mais de 12 meses: 0
Termos Circunstanciados:	Com vista há mais de 30 dias: 0 Com vista há mais de 6 meses: 0 Com vista há mais de 12 meses: 0
Auto de prisão em flagrante:	Com vista há mais de 30 dias: 0 Com vista há mais de 6 meses: 0 Com vista há mais de 12 meses: 0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias: 0 Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação): 0 Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação): 0
Reuniões em Conselhos de Controle social nos últimos 3 meses:	
Visitas realizadas:	Entidades de acolhimento de crianças e adolescentes: 0 Fundações: 0 Estabelecimento de idosos: 0 Estabelecimentos de deficientes: 0 Estabelecimentos de saúde: 0 Estabelecimentos de comunidades terapêuticas: 0 Delegacias de Polícia: 0 Estabelecimentos Prisionais: 0 Unidades de Medicina Legal: 0 Unidades de Perícia Criminal: 0 Estabelecimentos prisionais: 0 Unidades de Internação para adolescentes: 0 Estabelecimentos prisionais militares: 0 Outros estabelecimentos: 0
Observações:	

VI-PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

VII- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018
Saldo do mês anterior	0	0	0
Distribuídas no mês	24	22	15
Devolvidas no mês	24	22	15
Saldo do mês atual	0	0	0
Audiências realizadas	10	2	10
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0

Glossário: (item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsos no mês).

Observações:

VII-DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO			
Notícias de fato distribuídas	6	0	0
Inquéritos Cíveis Públicos	10	12	9
Procedimentos Preparatórios	0	0	0
Procedimentos Administrativos	1	1	1
TAC firmado	0	0	2
Execução de TAC proposta	0	0	0
Ação Civil Pública proposta	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível proposta	4	0	4
Arquivamento sem Remessa	9	0	8
Arquivamento com Remessa	1	0	3
Termos de Depoimento	0	0	1
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	0	0	1
Reuniões (com ata)	0	0	0
Recomendações	0	0	0

Observações:

VIII-EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidades(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas	10
	Ações para a defesa do direito individual indisponível	8
	Ações de destituição do poder familiar e outras	18
Processos da Infância e Juventude – custus legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos da infância e Juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Processos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Audiências concentradas em entidades de acolhimento institucional nos últimos 12 meses:		1

Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses:	0
---	---

Visitas realizadas (nos últimos 12 meses)	Delegacia de Polícia:	2
	Centros de internação provisória, definitiva e semiliberdade:	0
	Entidades de acolhimento institucional:	0
	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de saúde e comunidades terapêuticas:	0

Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições de Medidas Socioeducativas (definitivos e provisórios):	0
---	---

Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições (de acolhimento institucional):	0
---	---

Observações:	
--------------	--

VLIV- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO- ATO INFRACIONAL

PERÍODO	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018
Saldo do mês anterior	0	0	0
Distribuídos no mês	2	1	2
Devolvidos no mês	2	1	2
Saldo do mês atual	0	0	0
Audiências judiciais realizadas	0	1	1
Recursos interpostos	0	0	0
Termo Circunstanciado ou outro procedimento investigatório distribuído ao MP	0	1	2
Notícia de fato distribuída	0	0	0
Arquivamentos	0	0	0
Remissões	0	0	1
Representações	0	0	0
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)	1	0	0
Audiências de Oitivas informais	0	0	1

Observações:	
--------------	--

VLV- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Notícia de ato infracional (NF)	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Boletim Circunstanciado de Ato Infracional (ou outros autos de investigação)	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Execução de Medidas Socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Se existe critério de recebimento de feitos:	Não	

Observações:	
--------------	--

VII-PROMOTORIA ELEITORAL
VIII. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEL E CRIMINAL

PERÍODO	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018
Saldo do mês anterior	0	0	0
Distribuídos no mês	33	85	77
Devolvidos no mês	33	85	77
Saldo do mês atual	0	0	0
Audiências judiciais/Sessões	0	1	0
Recursos interpostos	0	0	0

Glossário: (item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsos no mês).

Observações:

VII.II. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO			
1. Notícias de fato distribuídas	0	0	0
2. Ações Eleitorais Cíveis propostas	0	0	0
3. Procedimento Preparatório Eleitoral instaurado	0	0	0
4. Outro procedimento Extrajudicial Eleitoral (especificar natureza no campo observações se for o caso)	0	0	0
5. Arquivamento sem remessa	0	0	0
6. Arquivamento com remessa	0	0	0
7. Audiências Extrajudiciais inquisitórias	0	0	0
8. Audiências Extrajudiciais autocompositivas	0	0	0
9. Inquéritos Policiais Eleitorais	0	0	0
10. Arquivamento de Inquérito Policial/TCO eleitoral	0	0	0

VII.III- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquérito Policial/TCO eleitoral	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 90 dias:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Ações Penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 90 dias:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Mandados de Segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Processos judiciais cíveis – <i>custus legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 90 dias:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há menos de 30 + 90 dias:(Observar a prorrogação):	0
	Fora do prazo:	0

Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias	0

PPE	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Fora do prazo:	0
Ações Eleitorais (cíveis) ajuizadas nos últimos 12 meses:	0	
Denúncias criminais ajuizadas nos últimos 12 meses:	0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:	0	
Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:	0	

Observações: Os feitos indicados no presente item deverão ficar à disposição da Equipe de Correição para análise.

VIII- SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O Promotor de Justiça não fez sugestões, nem observações.

IX- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE

O Promotor de Justiça não informou sobre experiências inovadoras e atuações de destaque.

X- PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS EXAMINADOS (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL)

ESPÉCIE	NÚMERO	DATA AJUIZAMENTO/DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Processo Crime de Homicídio Qualificado	0800021-80.2018.8.02.0033	08/02/2018	Processo aguardando despacho
Ação de Averiguação de Paternidade cumulada com Anulação do Registro de Nascimento	0800114-77.2017.8.02.0033	25/10/2017	Processo aguardando a realização de audiência de conciliação, designada para o dia 11/04/2018
Ação Civil Pública	0000273-29.2012.8.02.0033	20/06/2012	Processo sentenciado, julgado procedente, em conformidade com o requerido pelo Representante Ministerial
Ação de Adoção	0000205-79.2012.8.02.0033	08/05/2012	Processo sentenciado, julgado procedente, em conformidade com o requerido pelo Representante Ministerial
Procedimento Administrativo	09.2017.00000652-7	11/09/2017	Procedimento Administrativo instaurado sem portaria, em desacordo com o estabelecido na Resolução CNMP nº 174/2017.
Inquérito Civil Público	06.2017.00001027-5	24/10/2017	Procedimento aguardando o cumprimento de diligências

Inquérito Civil Público	06.2017.00000912-4	04/09/2017	Procedimento aguardando o cumprimento de diligências
Inquérito Civil Público	06.2017.00000899-1	15/12/2016	Procedimento aguardando o cumprimento de diligências. Verificamos a ausência de despacho fundamentado de prorrogação e consequente ciência ao CSMP/AL, em desacordo com o estabelecido no art.9º da Resolução CNMP nº23/2007
Prestação de Contas Eleitoral	7-49.2017.6.02.0028	07/05/2017	Procedimento sentenciado e arquivado
Processo Crime de Corrupção Eleitoral	16-11.2017.6.02.0028	14/11/2017	Processo aguardando despacho
OBSERVAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): Não há Processos Judiciais, nem Procedimentos Extrajudiciais com vista ao Representante Ministerial há mais de 30 (trinta) dias. A Promotoria de Justiça está em dia com os Relatórios de Visita às Delegacias Estaduais (Resolução CNMP nº20/2007), bem como com os Relatórios de Interceptação Telefônica (Resolução CNMP nº51/2010), conforme a certidão de fls.07.			
ORIENTAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): Os Procedimentos Administrativos deverão ser instaurados por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-lhe, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto no inquérito civil, conforme o estabelecido no art. 9º, da Resolução CNMP nº174/2017. Os inquéritos civis deverão ser concluídos no prazo de um ano, prorrogáveis pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme o estabelecido no art. 9º, <i>caput</i> , da Resolução CNMP nº23/2007.			
Maceió, 14 de março de 2018.			
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MEMBRO CORRECIONADO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): Caso haja atendimento ao público, deverá o Representante Ministerial registrá-los no respectivo fluxo do SAJ/MP. No prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do presente Termo de Correição, deverá o Promotor de Justiça enviar esforços no sentido de sanar as irregularidades formais detectadas no Procedimento Administrativo e Inquérito Civil Público, em desconformidade com o estabelecido nas Resoluções CNMP nº174/2017 e 23/2007.			
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		PROMOTOR DE JUSTIÇA - ASSESSOR TÉCNICO	
NOME: Maurício Mannarino Teixeira Lopes		NOME: Humberto Henrique Bulhões B. P. Nunes	

Processo nº10.2018.0000085-8.